

---

**OFICINA DO HISTORIADOR**  
**ENTREVISTA**  
**XOSÉ MANOEL NÚÑES SEIXAS**

---



Fonte: Arquivo pessoal de Xosé Manoel Núñez Seixas

Graduou-se em História, com ênfase em História Contemporânea, na Universidade de Santiago de Compostela e de Dijon. Foi investigador no Instituto Universitário Europeu (IUE) de Florença (1989-1992), onde se doutorou em História Contemporânea sob a orientação dos professores Heinz-Gerhard Haupt e Stuart J. Woolf. Suas pesquisas centram-se na análise comparada dos nacionalismos — subestatais e estatais — ibéricos e europeus no século XX, assim como nos estudos migratórios (especialmente, sobre a emigração galega na Argentina) e na história cultural da guerra, sobretudo da II Guerra Mundial e da Guerra Civil Espanhola, temas sobre os quais possui diversas publicações em galego, inglês, francês, português, espanhol e catalão, além de diversos artigos em revistas espanholas e internacionais, e capítulos em obras coletivas no âmbito europeu e internacional. Faz parte de vários conselhos assessores de revistas galegas, espanholas e internacionais. Foi professor titular (1994-2007) e catedrático (2007-2012) da Universidade de Santiago de Compostela. Ainda foi professor convidado em inúmeras universidades europeias (Bielefeld, Zentrum für zeithistorische Forschung Potsdam, Paris VII, Paris X), argentinas (Mar del Plata) e norte-americanas

(Stanford, City University of New York). Desde outubro de 2012, ocupa a cátedra de História Contemporânea da Europa (séculos XIX e XX) na Universidade de Munique Ludwig-Maximilians, Alemanha, onde desenvolve o seu trabalho como docente e investigador atualmente.

Entrevista e tradução realizadas pelo Prof. Dr. Antonio de Ruggiero e o doutorando Leonardo de Oliveira Conedera<sup>1</sup>.

**Oficina do Historiador** - Professor Xosé M. Núñez Seixas, gostaríamos que falasse sobre sua trajetória acadêmica, e principalmente sobre como nasceu e se desenvolveu o interesse pelo estudo do nacionalismo, o tema principal abordado nessa entrevista.

**Xosé Manoel Núñez Seixas:** Aconteceu como muitas vezes acontece, o meu interesse pelo estudo do tema do nacionalismo surgiu por uma paixão pessoal e política, no período que eu estudei durante o meu curso de graduação na Universidade de Santiago de Compostela e parte em Dijon, na França, mas, sobretudo em Santiago de Compostela na segunda metade da década de 1980, em um contexto galego e espanhol em que o debate sobre a questão territorial, nacional e sobre as autonomias estava muito vivo. Eu estava muito próximo deste postulado nacionalista galego, isto é, de uma ideia de nacionalismo galego de esquerda. Portanto, a minha primeira paixão foi por esse caminho, mas é verdade que eu estava entre o terceiro e o quarto ano de estudo, muito mais perto da Arqueologia, curiosamente, que da História Contemporânea, quando, em certo momento, ocorreram duas coisas: a primeira foi que eu tive bons professores de História Contemporânea, que eram muito melhores daqueles que eu tive nas disciplinas de História Antiga e Arqueologia, e isso em determinados momentos pode ser o crucial; e a segunda, eu pensei: - Olha o que você vai fazer da vida? Vou passar toda vida a desenterrar objetos de cerâmica e fazer interpretações sobre eles, ou trabalhar sobre temas que tenham certos vínculos com a atualidade? Bem! Tomei a minha decisão, depois tive oportunidade de uma bolsa já no quarto ano de graduação, uma bolsa-colaboração que já existia em que se podia colaborar já com o departamento de História Contemporânea, e pude descobrir claramente que eu gostava muito mais da pesquisa que da

---

<sup>1</sup> Entrevista com o professor Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas realizada nas dependências do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 19 de março de 2015.

política. E assim é até hoje! Eu prefiro enxergar os acontecimentos a participar deles; assim, com um olhar sempre crítico e analítico.

Depois, tive a oportunidade e a necessidade de sair da cidade de Santiago de Compostela, mesmo esta sendo uma cidade muito bonita. E era também um momento, na Espanha, em que havia oportunidades para se sair. Então, surgiu uma bolsa e a possibilidade no Instituto Universitário Europeu, que fica em Florença, e tive de ir para lá! Também procurei algum tema que atendesse o meu interesse. Eu já começava a fazer pesquisas para a minha tese de mestrado que foi relativa aos movimentos nacionalistas galegos em meio aos movimentos de emigração; tive a oportunidade de trabalhar com fontes inéditas, e mesmo conhecer alguns protagonistas. Foi o momento de decidir, mesmo gostando e achando muito bonito o tema da imigração, mas resolvi me centrar nas questões mais europeias. Então, elaborei um projeto de pesquisa, que hoje, com o passar do tempo, tenho que reconhecer, foi um projeto momentâneo, pouco reflexivo, mas que me serviu quando fiz a entrevista para ser aceito. Eu já conhecia o alemão e o italiano – o italiano que aprendi por conta própria e o alemão que estudei na Universidade de Santiago de Compostela. E culminou tudo isso nos anos da queda do muro de Berlim.

Com a implosão da União Soviética surgiu um recrudescimento das questões de nacionalidades, especialmente na Europa Oriental, a qual na minha pesquisa, no começo, era aparentemente a mais interessante. Lá no Instituto Universitário Europeu, em Florença, uma instituição de Pós-graduação internacional, ligada à União Europeia, o meu tema de pesquisa adquiriu muito mais relevância e pronto! Fiz a tese e pude passar por vários países, como a Alemanha, a Áustria, a França, a Grã-Bretanha, e tive sorte porque vivi um momento em que havia muitos recursos para a pesquisa. E depois de terminar a tese, voltei para a Galiza, mas se eu pudesse, teria ficado na Itália, mas naquele momento não era possível. Em Santiago de Compostela, comecei a trabalhar os dois temas: a questão dos nacionalismos (como uma ênfase na comparação dos fenômenos) e os temas ligados às questões dos movimentos migratórios (especialmente, aos dos galegos para a América Latina). Outro tema que também me interessou e comecei a estudar alguns anos depois foi a história cultural da guerra, em especial da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Civil Espanhola. Vai sair agora no próximo ano o meu livro sobre a chamada Divisão Azul que trata sobre os voluntários espanhóis que estiveram no fronte da Rússia. Tenho um colega que me disse: – “Você sempre estudou sobre os temas que gostou e que tiveram a ver com a sua vida pessoal”. Por exemplo, no caso do meu avô, ele foi imigrante na Argentina e em Cuba; além disso, vários familiares meus

lutaram na Guerra Civil espanhola e na Divisão Azul, e depois o nacionalismo é uma paixão hoje muito mais branda para mim.

**Oficina do Historiador** - Até o século XVIII, a presença de uma consciência nacional era um fenômeno essencialmente cultural. Apenas no final do século, assumiu características originais que respondiam a uma nova ideia da nação, conciliável com o conceito da soberania popular. Foi cunhado por isso o termo “nacionalismo”, que se tornou um fenômeno marcado por um processo histórico que não foi unitário, linear e homogêneo, mas apresentou uma notável variedade de manifestações nos mais distintos contextos e circunstâncias. Como o conceito de nacionalismo mudou durante todo o século XIX e como se transformou às vésperas da Primeira Guerra Mundial, chamada também de “Guerra das Nações”?

**Xosé Manoel Núñez Seixas:** Bem, inicialmente, este termo “guerra das nações” foi usado pelas autoridades italianas e francesas da época, e foi também adotado pelos nacionalistas catalães e outros nacionalistas subestatais. Esta é uma longa pergunta que mereceria uma longa resposta; logo, tentarei ser muito breve. O nacionalismo e o conceito de nação têm uma qualidade que é a sua flexibilidade. O conceito de nação pode se combinar com quase tudo. Nacionalista era Mazzini, nacionalista era Garibaldi, nacionalista era Robespierre. Até certo ponto, nacionalista era Stálin, quando ele declara que a guerra germânico-soviética era a grande guerra patriótica; nacionalista, obviamente, também era Hitler, Mussolini, como também era Churchill.

Portanto, nacionalismo é o que? No meu ponto de vista é a afirmação na esfera pública da existência de uma nação. Em alguns aspectos, pode se comparar às manifestações mais intensas da identidade nacional defendidas por um Estado ou por um movimento social, intelectual, por uma maneira vinculada aos movimentos que nós podemos entender como patriotismo, ou como suas expressões. O nacionalismo possui ademais esta estranha aderência de se combinar com as mais diversas ideologias. Claro que se poderia explicar esta pergunta de uma forma mais elaborada, mas em todo o caso, é certo que o nacionalismo nasce vinculado com uma ideologia liberal-revolucionária e depois vai aos poucos se moderando, tal como um percurso de moderação e diversificação do liberalismo por um lado. Por outro lado, também os defensores do conceito de comunidade política herdado do Antigo Regime, vem-se forçados a se adaptar, e acabam por assumirem um novo conceito de nação como fundamento da legitimidade da comunidade política. E a mutação, no final do século XIX, tem tudo a ver com o termo que Michel Winock chamou de "Nacionalismo dos nacionalistas",

isto é, o nacionalismo deixava de ser patriotismo para se tornar movimento reacionário, diferentemente do período do Antigo Regime.

Agora, no final do século XIX, por nacionalismo se entendia a elevação dos vínculos de hierarquia, de ordenação e legitimação social para combater não só os inimigos externos, como é uma das características do patriotismo, mas também o que se veio a definir também como “inimigos internos”. Os inimigos internos vinham definidos pela sua origem étnica, pela sua ideologia internacionalista ou por pertencerem a minorias ou populações tidas como inassimiláveis do ponto de vista cultural. Assim, o termo nacionalista passa a ser adotado por atores que defendem alguns postulados do Antigo Regime, incorporando também elementos como o irracionalismo, o autoritarismo, ou o entendimento do Estado como nação, com a ideia de que o Estado tem que governar a nação, e, portanto, falava-se do nacionalismo como uma nova revolução. Curiosamente, a igreja católica, e não apenas a igreja católica, tinha uma forte desconfiança, durante todo o século XIX, acerca do nacionalismo, pois a nação era a ordem política e social de legitimidade laica, secularizada, que se colocava ao mesmo nível de Deus. Os revolucionários colocariam a nação em primeiro lugar e depois vinha Deus, como uma variável subordinada. E também se observa o mesmo processo com as filosofias irracionalistas em que entra Nietzsche, entre outras teorias raciais que eu explicava ontem na minha aula<sup>2</sup>, quando eu explicava aos alunos sobre a pintura do pintor espanhol, Goya, que do sonho da razão podem crescer monstros. E esta é a ideia que se estende também através de teorias positivistas, da engenharia social, isto é, você poderia melhorar toda a raça, como também a ideia do darwinismo social que se acreditava que se poderia alcançar uma melhora da nação através da purificação da sua população. Sendo assim, postulados como esses estavam juntos à ideia de nacionalismo ou implícitos.

A ideia de nacionalismo está presente no ano de 1914. Foi, então, a Primeira Guerra Mundial um momento que mobilizou vários países. De um lado, uma série de setores sociais começam a pensar que a nação é o elemento fundamental de legitimação da vida política; de outro lado, que a velha ordem está morta e que nação precisa ser proletária, tem que ser plebeia, tem que ser dada às massas. Como sabemos, ocorre aí a ideia da síntese mussoliniana em que se faz a nação sujeito da revolução. Por outro lado, ainda, porém, reforça-se uma corrente internacionalista que opina que as nações têm que morrer.

---

<sup>2</sup> “A cuestión das nacionalidades na Europa (1945-2014)”, disciplina ministrada entre os dias 18 e 20 de março no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Oficina do Historiador** - A Grande Guerra representou o triunfo do nacionalismo com a queda dos antigos impérios multinacionais e uma sacralização da ideia de nação e, apesar da sucessiva construção de uma vaga união supranacional fundada sobre um hipotético pertencimento comum dentro da civilização europeia, o nacionalismo acentuou e estendeu o seu papel de protagonista da política europeia, e eu diria, também mundial. Quanto e de que forma a Primeira Guerra incidiu em relação à ideia de um novo nacionalismo que se declinou em variantes autoritárias e totalitárias na Europa; e que repercussões este evento teve mesmo na América Latina que até hoje ficou um pouco negligenciada no plano historiográfico, com a recente exceção do livro, *Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra* de Olivier Compagnon?

**Xosé Manoel Núñez Seixas:** Bem, são várias perguntas em uma. Então, tentarei começar a respondê-las por aquela que imagino ser a mais fácil. A América Latina é uma grande região esquecida nos estudos do nacionalismo; isto apesar de ser o melhor dos laboratórios para o estudo desse fenômeno. Há poucos casos de nações, ou de Estados-Nação jovens, tão bem-sucedidos como os Estados latino-americanos. Como sabemos, no período das independências, ou das emancipações, não foi primeiro a nação, mas primeiro houve um Estado, ou seja, sabe-se que construíram primeiro os Estados por processos caprichosos, ou como o Brasil, um império sucessor que se seguiu como um império, querendo formar fronteiras imperiais. Mais tarde estas elites crioulas que já estavam estabelecidas em seus âmbitos de domínios começaram a criar a ideia de consciência nacional sobre as populações completamente heterogêneas do ponto de vista étnico, e depois surgiram Argentina, Chile, Uruguai e suas heterogeneidades, como é também o caso do Brasil, cuja heterogeneidade viu-se aumentar com a chegada de imigrantes europeus. As pesquisas sobre o nacionalismo ainda são muito eurocêntricas, mesmo que agora elas pareçam ser um pouco menos, já que alguns estudos começam a enxergar outras áreas como a África e mesmo a Ásia. Porém, como você falava do Compagnon, como dizem os teóricos do transnacional, há momentos fundamentais, há anos, períodos precisos e rupturas em que os fenômenos históricos se aceleram. Então, estes são os momentos da difusão dos princípios das nacionalidades, da autodeterminação depois da Primeira Guerra Mundial, e há ainda poucos que tenham estudado as suas repercussões na Ásia e na África ou mesmo na América Latina. Ainda há obras que citam os casos dos nacionalismos na América do Sul, mas ainda através de bibliografia, porque é uma questão secundária, porque não se tem acesso à bibliografia em português ou em espanhol, etc. Bem esta era a pergunta mais fácil.

A pesquisa de Oliver Compagnon se adicionou aos contributos realizados nos últimos anos sobre as repercussões da Primeira Guerra Mundial. Mas, especialmente no caso da Argentina, penso que ele exagera na sua ênfase sobre o impacto que a Primeira Guerra causou. Isto é, alguns chegam a falar de guerra civil no Rio da Prata! Bem, uma guerra civil é uma guerra civil! É verdade que teve uma série de incidentes, por exemplo, um incidente em que dez jornalistas italianos envolvam-se em uma briga com dez jornalistas alemães em uma cidade argentina ou brasileira, e outros vinte, e cinco são jornalistas espanhóis pagos por autoridades alemães, enquanto uns saem do teatro cantando a *Marseillaise* e outros saem cantando *Fratelli d'Italia*... Mas essas diferenças não indicam a existência de uma guerra, mas sim, questões que atingiam setores muito mobilizados das coletividades imigrantes do ponto de vista de cada país. Mas, na Argentina, queria-se fazer negócio com todos os países e não só isso. Se o proprietário de loja que fosse italiano e tivesse sua loja aqui, em Santa Catarina, ele estaria muito mais feliz de estar aqui com seus filhos do que tê-los servindo lá nos Alpes italianos, combatendo. Bem, então, trata-se de ver os impactos do conflito aqui. Na Europa, não esqueça que houve movimentos populacionais, milhões de mortos!

Não podemos esquecer também que nos impérios coloniais espalha-se a ideia do Wilson: “Os povos podem ser livres!”, ou se não era exatamente isso, esta era a leitura que se tinha! E Lênin está a dizer: – “nós, os Bolcheviques, garantimos também o direito de autodeterminação das nacionalidades!” Então, chega-se ao momento de talvez na periferia imperial começarem a aprender sobre o conceito de nação com os nossos colonizadores. E esse movimento começa com o Congresso Nacional na Índia, na África do Sul, na Indonésia, e surgem novos personagens das inteligências locais como Amílcar Cabral, toda gente que vai estudar na metrópole e assim conhece as ideias dos colonizadores. Porém, é claro que houve uma difusão muito maior do que imaginávamos, mas na América Latina apenas ficam impérios, com exceção de algumas áreas no Caribe, como Aruba, Suriname e Antilhas, que não eram relevantes.

Um historiador argentino de origem galega, Hernán Otero, escreveu um livro muito bonito que se chama “A força do sangue” no qual ele mostra um grupo imigrante que se supunha que era o mais integrado de todos os pontos de vista, os franceses, mas que se naturalizaram argentinos e que estavam já adaptados em meio a elite argentina. Seus filhos que nasceram na Argentina nunca passaram pelo consulado francês, mas quando chega 1914, muitos desses jovens filhos de franceses foram ao consulado francês pedir a sua cidadania francesa, para se tornarem voluntários. Isso foi evento muito particular e representativo, já que não se viu uma mobilização similar dentre os grupos de italianos e alemães que eram

maiores que o francês. Isso nos leva a pensar na força desses elos primários, que estes patriotismos de origem tinham mais força do que pensávamos.

E, assim, chegamos à terceira pergunta que é a mais difícil, ou seja, em que medida a Primeira Guerra incidiu sobre a ideia do nacionalismo. Eu dividiria esta resposta em dois ou até três planos. Primeiro plano, isto foi abordado antes, com isto quero dizer que a experiência da guerra civil europeia (Primeira Grande Guerra) socializa aos europeus na ideia do ódio ao inimigo, a luta a favor da pátria, a ideia de solidariedade entre os soldados etc.. Portanto, com este cenário, podemos entender que estes homens que participaram nas trincheiras de guerra aprenderam o que era a pátria e estabeleceram fronteiras com os seus inimigos. Isso ainda explicaria a formação dos *fasci di combattimento* etc. Mas isso não aconteceu em todos os países, na Itália ocorreu essa formação, na França, criou-se pacifistas. E na Segunda Guerra mundial um dos motivos que os alemães conquistaram tão rápido a França é porque todos são pacifistas, pela experiência de 25 anos antes. Na própria Itália, nem todos seguiram os *fasci*, os veteranos de guerra sardos apoiaram um outro movimento etc. Vocês têm também o caso dos flamengos, os membros já desmobilizados do exército belga que formam o próprio partido nacionalista flamengo. Há algumas pesquisas muito interessantes a partir deste tema como é o caso do estudo sobre Hitler na Primeira Guerra daquele historiador de origem alemã, Thomas Weber, que chega a conclusões muito interessantes, porque ele mostra que não foi a desmobilização de soldados "brutalizados" a que cria o ambiente favorável ao fascismo, mas sobretudo a existência de movimentos revolucionários na retaguarda, que obriga muitos soldados desmobilizados a tomarem as armas de novo. Na Baviera também se vê um caso muito claro em que os soldados radicaram-se nas suas regiões de origem, votaram sem problemas pelos socialdemocratas ou os comunistas, e na França observou-se o mesmo caso. É o caso também dos portugueses que foram mobilizados. Os italianos foram a exceção porque quando os soldados voltaram da guerra havia lutas sociais no campo, e também nasceu a crença de uma vitória "mutilada" na Primeira Grande Guerra. Logo na Itália desenvolveram-se novas tendências com a atuação de Mussolini e Gabriele D'Annunzio.

Eu diria, então, que mais determinantes do que a guerra foram os conflitos que surgiram depois da guerra, relativos a frustração com a derrota, a lenda do apunhalamento no caso dos alemães. É claro que houve países que não participaram da Primeira Guerra mundial, como a Espanha que também sofreu indiretamente os efeitos da guerra no campo político e social.

Outro aspecto importante é que, após a guerra, a questão das nacionalidades passou a ser colocada em primeiro plano, passando por um projeto de reflexão acadêmica. A partir



deste contexto, entre as duas guerras começaram os grandes e maiores estudos sobre a questão do nacionalismo, com até mesmo protagonistas que trabalhavam no comitê internacional judeu, Hans Kohn, ou como o Instituto Polonês de estudos das questões de minorias nacionais. A paz realizada pelo tratado de Versalhes criou fronteiras estatais em cima das fronteiras étnicas e linguísticas, ajudando assim as questões das minorias étnicas a tornar-se um dos grandes temas de estudo, como escreveu um autor inglês no livro “As sementes do conflito”. Como se sabe Hitler invadiu e dividiu a Tchecoslováquia utilizando a desculpa do tratamento dado pelo governo de Praga aos alemães dos Sudeste; outro caso foi a Polônia invadida em setembro de 1939, já que o governo polonês não dava um tratamento justo às minorias germânicas, mas, além disso, há um terceiro elemento como a nova onda de movimentos nacionalistas que se desenvolve na Europa Ocidental. Houve vários movimentos nacionalistas na Europa Ocidental, como no caso do nacionalismo galego, o corso, ou o frisão. Estes movimentos nacionalistas dizem: “nós queremos ser como os Tchechos, como os poloneses, queremos ter o mesmo tratamento que têm os magiares que vivem fora da Hungria”.

**Oficina do Historiador** - Já durante a Segunda Guerra Mundial delinearam-se os projetos de uma nova Europa e de uma nova ordem, que previam a superação dos Estados Nacionais. As consequências deste conflito foram muito diferentes em relação àquelas da Primeira Guerra. O redimensionamento do nacionalismo e as tentativas de limitar a soberania dos Estados nacionais na Europa não impediram o surgimento de novos nacionalismos fora do continente europeu. Como analisa o desenvolvimento do fenômeno nacionalista em nível mundial no período da Guerra Fria?

**Xosé Manoel Núñez Seixas:** Primeiro, após o final da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo ficou sendo visto como um termo maldito, isto foi uma ideia que imediatamente se associou ao conceito, e ainda permaneceu sobre ele uma carga muito pejorativa em vários idiomas, como no italiano, no alemão e mesmo no português, no caso de Portugal. O nacionalismo passou a se comparar com Hitler, e de fato muitos partidos subestatais recusaram-se a utilizar o termo nacionalismo pelas conotações existentes. Há exceções, mas o fato é que muitos partidos preferiram falar de federalismo europeu, ou de comunidades básicas... Por outro lado, os regimes socialistas da Europa Oriental continuavam a praticar uma ideia de nacionalismo constante. Primeiro buscavam vias nacionais ao socialismo, como

uma maneira de marcar a diferença do regime soviético, mas também dos seus países vizinhos.

Segundo, a questão do tratamento das minorias étnicas também ficava presente em algumas brigas e querelas ocultas após o final da Segunda Guerra. Vejamos, por exemplo, o caso da Transilvânia onde coexistiam magiares, alemães e romenos. Também a propaganda da União Soviética, em meio à ideia de internacionalismo, propagava uma ideia de nacionalismo popular, enfatizando a importância da nação, da pátria soviética. E esse uso do nacionalismo seguiu latente durante os anos 1950 e 1960, mas com muitas contradições, pois por um lado se manifestava a ideia que todos os cidadãos soviéticos eram iguais, mas ao mesmo tempo, em cada censo realizado, as pessoas tinham de se auto definir como ucranianos, bielorrussos, armênios, etc. ... E, por outro lado, passou-se a ideia e a necessidade de se construir uma ideia de nacionalismo soviético, que alguns pesquisadores chamariam de nacionalismo Grã-russo, seguindo aquela hierarquia dos povos aonde vinha primeiro o russo, depois o ucraniano, o bielorrusso e depois todos os outros.

Na Europa Ocidental houve dois casos, primeiro a reinvenção dos Estados-Nação europeus sobre a base da extinção dos conceitos fascistas, e da extensão do mito da unidade nacional antifascista. Não havia mais fascistas. “Todos desapareceram”! Então, criou-se um novo mito da nação antifascista, que também serviu para esquecer tudo o que se passou anteriormente. Se a nação não era uma nação cheia de fascistas, esta era uma nação cheia de vítimas. No caso da Itália, vai-se afirmar, fomos vítimas do Mussolini, fomos vítimas da guerra e na Alemanha ocorreu a mesma coisa. Pairou uma ideia de uma vitimização coletiva, isto é, os nazifascistas eram os outros e não nós! Esse consenso durou por mais de trinta anos, isto é, de uma a duas gerações.

Vários dos nacionalismos periféricos, por um lado, estavam deslegitimados pela sua colaboração com os ocupantes nazis, como os flamengos que colaboraram com os alemães. Mas, por outro lado, também há o caso dos nacionalismos antifranquistas na Espanha. Houve um historiador, Elie Kedourie, que escreveu nos anos 1960, que o nacionalismo era uma ideologia política que nascera na Europa do século XIX, ou seja, dizer “hoje” já não existe mais. Por isso, desloca-se o maior peso para a periferia colonial, ou seja, para os movimentos de descolonização. O fenômeno mais interessante é onde os povos colonizados aprenderam o conceito de nação? As elites pelo menos aprenderam com os colonizadores, não só as elites que vinham estudar na Europa, como também os próprios instrutores através dos meios na África, mas também na Ásia aprenderam, ensinaram esse novo conceito de nação, como uma extensão do conceito de política. O meu ex-aluno suíço, Andreas Stucki, com um trabalho

sobre um grupo de nômades no Sahara Ocidental que não havia um conceito de grupo étnico, demonstrou que nos anos 1960 aprenderam o conceito de nação moderna através dos europeus, isto é, dos instrutores, e curiosamente depois aplicaram os conceitos contra os seus antigos instrutores. Outro exemplo, era o maoísmo, ou seja, uma ideia de movimento comunista de base camponesa pode também conseguir uma liberação.

Assim também se viam os movimentos revolucionários sul-americanos, que não são nacionalistas de forma semelhante ao conceito europeu, mas que refletem uma leitura diferente do conceito de nação e pátria. Por exemplo, se vocês leem os manifestos fundamentais do movimento 26 de julho em Cuba, ou aqueles dos tupamaros uruguaiois, de marxismo há muito pouco, o que há é a herança de José Martí ou de Artigas entre outros, isto é, há uma reinterpretação constante do legado nacionalista. O que temos nesses movimentos é reinterpretação do legado de uma narrativa revolucionária nacional que já se fora aprendida e que lhes foi ensinada durante o período anterior que ocorreu a formação dos Estados-Nação latino-americanos e que lhes serviria para lutar contra o imperialismo, contra a teoria da dependência, e contra a intromissão neocolonial dos Estados Unidos. Bem, este foi o seu ponto de partida, usaram também a ideia chave do marxismo, das frentes de libertação. Esses movimentos nacionalistas latino-americanos também fomentam as novas concepções acerca da nação na Europa.

Eu confesso que estou cada vez mais inclinado a uma perspectiva teórica de transnacionalismo, porque realmente estes fenômenos que sempre pensamos que estão se deslocando, na verdade, entre Europa e América também sofrem voltas e reviravoltas. Precisamente, a experiência da descolonização e a legitimação que readquire o direito de autodeterminação pela resolução das Nações Unidas em 1960, proporciona que também em alguns territórios periféricos da Europa haja intelectuais e grupos que reinventem movimentos dissidentes de esquerda como o caso dos bretões, dos galegos e dos sardos. Assumem assim a ideia da necessidade de formar um bloco de classes contra o opressor que vai da pequena burguesia com consciência nacional até o operariado, os camponeses que sustentam a legitimação da violência, já que há uma violência do colonizador para com o colonizado e pode ocorrer também o reverso.

**Oficina do Historiador** - Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, muitos estudiosos, assim como historiadores de prestígio, expressaram a convenção que o conceito de nacionalismo já se tivesse transformado em um anacronismo obsoleto. Eric Hobsbawm, entre tantos outros, afirmou que, depois da criação de um mundo bipolar

originado pela Guerra Fria, não havia mais as condições para conflitos políticos alimentados pela ideia de Estado-Nação como ocorreu no passado. Na verdade, a história dos últimos anos nos apresentou uma realidade muito diferente. Eu gostaria que falasse da força que o nacionalismo continua a exercer, de como se transformou nos últimos anos e quais projeções para o futuro podemos esperar?

**Xosé Manoel Núñez Seixas:** Eu sinto e vejo que o nacionalismo apresenta uma capacidade única de sobrevivência. As grandes ideologias que nasceram nos finais do século XVIII ainda resistem com grande força, como o liberalismo, embora o liberalismo existente já não seja mais aquele de tipo revolucionário. Não sei ainda se este socialismo do século XXI de Chávez e Maduro pode se equiparar àquele socialismo das origens, enquanto o nacionalismo ainda se encontra presente em suas inúmeras variantes. O que se apresentou depois de 1989 em uma parte da Europa foi o nacionalismo que sucedeu ao socialismo, sendo a identidade nacional o veículo que permitiu o trânsito das certezas do regime socialista até as incertezas das economias de mercado. Os cidadãos eslovacos até 1991 não sabiam como trabalhar em uma economia de mercado, ou seja, o quanto o que aprenderam podia valer, mas uma coisa era muito clara para eles: o Estado-Nação fornece uma proteção através das suas fronteiras, como aconteceu na passagem do Antigo Regime para o Liberalismo; e nesse trânsito de incertezas a nação demonstra a sua força. Naturalmente, em outros países as elites também passam a usar o nacionalismo como estratégia de reciclagem, isto é, ex-comunistas transformam-se em patriotas. Esse foi um processo muito habitual na Europa Oriental, e sabemos que isto teve consequências trágicas como a guerra da Iugoslávia; ocorreu este evento porque houve também uma descentralização sem democracia.

Na Europa Ocidental, existia a incerteza de até onde a União Europeia podia se estender, se cada geração viverá melhor do que a anterior, se as guerras pertencem ao passado. Havia uma certeza de que se consolidaria uma polis europeia na qual os Estados-Nação perderiam peso e que por um lado, o governo europeu aumentaria; por outro lado, as regiões, os municípios, as nacionalidades históricas teriam mais peso. Era a teoria do sanduíche, dentro do qual o recheio seria o novo Estado-Nação. Bem, o que aconteceu depois? Primeiro, a Europa tem graves dificuldades de recolocar-se no mundo da globalização: a China acordou, a Índia acordou, o Brasil acordou... não é mais como em outros tempos. Por outro lado, a crise econômica fez crescer as incertezas. Eu penso que isso acarretou a formação de uma utopia da criação do Estado-Nação, como dizer: “Olha, precisamos de um Estado-Nação para nos defender! E para termos um marco de certeza para

nos proteger dos impactos, dos golpes do neoliberalismo, da tecnocracia do Fundo Monetário Internacional, etc.”. Ou seja, há um recuar de ilusão de um projeto europeu.

Isso, no meu entender, leva a uma certa nostalgia do Estado-Nação interventor, protetor, como aquele do período do imediato pós-Primeira Guerra que dá lugar a fenômenos muito divergentes que agravam determinados processos históricos já existentes, mas que agora adquirem outras dimensões. Isto se observa, por exemplo, na rejeição dos imigrantes, no temor da islamização, assim como, em outro caso, penso que incida sobre alguns movimentos nacionalistas e a algumas populações que escolhem, como Escócia e Catalunha, que pensam e que precisam de um Estado próprio que preserve os seus valores. Obviamente, existem outros fatores que não surgiram apenas recentemente, mas que vêm de muito tempo atrás. Eu resumiria assim esta questão muito complexa.